

MODELANDO A INFÂNCIA: A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE CURITIBA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO INÍCIO DO SÉCULO XX

MARIA JOSÉLIA ZANLORENSE

Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Campus de Guarapuava (UNICENTRO).
mjzanlorense@hotmail.com

RESUMO

Trata-se no presente estudo, de forma específica, sobre a criação e instalação da Escola de Aprendizes Artífices no Estado do Paraná no início do século XX. O estudo parte de um contexto mais amplo e apresenta as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no início do Brasil republicano, alterações que determinaram a valorização da educação para atender a formação da população brasileira diante das novas demandas da economia capitalista que se instaurava no país. Apresenta as mudanças socioeconômicas no Estado do Paraná, a exemplo da chegada dos imigrantes, o desenvolvimento da indústria, do comércio e o aumento da população urbana na cidade de Curitiba, capital do Estado. Buscou-se averiguar a formação que esta instituição ofereceu no período de sua instalação e ainda evidenciar a que necessidades essa instituição veio atender. As respostas que se evidenciaram com o decorrer da pesquisa mostrou uma conjuntura de interesses do Estado em atender a demanda do capital.

Palavras-chave: História da Educação. História das Instituições. Educação e Trabalho. Infância.

MODELING THE INFANCY: THE CREATION OF THE SCHOOL OF APPRENTICE CRAFTSMEN OF CURITIBA AND THE OF FORMATION OF THE WORKER IN THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY

ABSTRACT

The article presents a study on the creation and installation of the Apprentice Craftsmen School in the State of Paraná in the beginning of the twentieth century. Starting from a bibliographical documental research, our objective was to investigate the social, political, economical and cultural transformations occurred in the beginning of the republican Brazil, to know which formation is offered in this school and which is the public to be attended. We make reference to the authors: Padis, Nagle, Prado Júnior, Queluz, Noronha, as well as Marx to base our comprehension on the socioeconomic changes in the State of Paraná. We realized that the immigrants' arrival, the development of the industry, of the commerce and the urban population increase in the city of Curitiba, State's capital, influenced the installation of the Apprentice Craftsmen School in the State of Paraná. Its treatment was directed to abandoned children, preparing the labor force for the industries, revealing the conjuncture of the State's interests in answering the capital's demand.

Keywords: History of Education. History of the Institutions. Education and Labor. Childhood.

Introdução

As alterações sofridas pela sociedade brasileira no final do século XIX, nas dimensões estruturais econômica, política e social, entre as quais, pontua-se de forma significativa a mudança da mão de obra escravista para a assalariada e a transição da Monarquia para a República. Tais mudanças aconteceram tendo como base o trabalho

assalariado, o capital e o lucro. Para atender essa nova demanda foi necessário formar o mercado de força de trabalho.

Fatores internos e externos impulsionaram essas alterações no cenário brasileiro. Como fator interno, a luta abolicionista que pretendia implementar o trabalho assalariado, o que seria dificultado com a permanência do regime escravista; a necessidade de modernas técnicas para o desenvolvimento do processo da produção do café no Brasil; a eletricidade; o transporte ferroviário e a imigração.

A influência externa se deu pela larga expansão comercial entre os países, o desenvolvimento da população da Europa e norte-americana, o crescimento da indústria, a elevação do nível de vida, o aperfeiçoamento das técnicas materiais e dos sistemas de transportes, transformações que desencadearam a organização do mercado financeiro e mercantil (PRADO JUNIOR, 2008).

A entrada dos imigrantes¹ no início da Primeira República mudou a característica econômica e social brasileira. Embora, quase em sua totalidade direcionada para o cultivo do café, algumas famílias de imigrantes se instalaram em núcleos coloniais, organizando-se em pequenas propriedades. Os que se instalaram nos núcleos urbanos dedicaram-se à manufatura, ao comércio, ao artesanato e aos pequenos serviços (COSTA, 1999).

As mudanças ocorridas na conjuntura brasileira no final do século XIX, fez com que, no início do século XX, aumentasse nas cidades o contingente de pessoas desocupadas, mendigos, crianças abandonadas, ladrões e marginalizados de toda sorte, os quais começaram a agrupar-se nas cidades e praças, apresentando um desafio a ordem vigente.

Com isso, o Estado se ocupou em criar instituições de confinamento, seguindo os moldes burgueses e seus valores para a formação das crianças que se encontravam abandonadas ou em extrema pobreza; atitude tomada para moldar o caráter destas seguindo as exigências da sociedade e da economia. Essas instituições teriam ainda um cunho policial para combater a criminalidade e a vagabundagem praticada pelas chamadas crianças desvalidas (QUELUZ, 2000).

A criação das Escolas de Aprendizes e Artífices não é algo novo na história dos estabelecimentos de ensino de ofícios brasileiro, ou “Escola de Ofícios”. Em 1875 no Rio

¹ Manuel Diégues Júnior apresenta três fases da imigração no Brasil. A primeira compreende o período de 1808 a 1850, iniciou-se com a abertura dos portos; a segunda fase inclui o período de 1850 a 1888 influenciada pela extinção do tráfico de escravos e aumento do fluxo imigratório; a terceira fase começou em 1888, com a abolição da escravatura e acontece até os dias atuais (DIÉGUES, 1980).

de Janeiro foi criado o “Asilo de Meninos Desvalidos” para abrigar as crianças que encontradas sem rumo pelas ruas, na extrema miséria, órfãos sem condições de freqüentar as escolas recebiam o ensino de ofícios e educação primária “Esses meninos eram encaminhados pela autoridade policial ao asilo onde recebiam instrução primária e aprendiam os ofícios” (CUNHA, 2000, p. 4).

As Escolas de Ofícios no Brasil,² pelo viés do assistencialismo, foram criadas para dar conta das crianças que perambulavam sem rumo pelas ruas, as chamadas “crianças desvalidas”. Cunha (2000, p. 4) define como “crianças desvalidas” os meninos que se encontravam em desamparo, que tinham idade “[...] entre 6 e 12 anos, fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para frequentar escolas comuns, viviam na mendicância”.

De início, a assistência aos pobres acontecia por meio da caridade e realizada por instituição religiosa: “[...] o pobre era propriedade exclusiva da Igreja Católica” (PEREIRA, 1993, p. 7). Após a República, a filantropia assumiu a proteção da infância desvalida, substituindo a caridade, com ares de ciência e finalidade de organização social³.

Fundamentada pela ciência, à filantropia atribui-se a tarefa de organizar a assistência no sentido de direcioná-la às novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais, que nascem juntamente com a República [...] (RIZZINI, 1990, p. 80).

Os meninos desvalidos da sorte de se ter um lar e uma família eram destinados para receber a aprendizagem de um ofício. Os critérios estipulados para frequentar essa instituição definiam que: “Os aprendizes deviam ser, necessariamente, órfãos, indigentes, expostos da Santa Casa de Misericórdia⁴ ou filhos de pais reconhecidamente pobres [...]” (CUNHA, 2000, p. 111). O problema social que se apresentou nas crianças órfãs e filhos dos pobres se tornou força de trabalho:

A primeira fonte foram as crianças e os jovens que não eram capazes de opor resistência à aprendizagem compulsória de ofícios vis: os órfãos, os largados nas “casas da roda”, os delinquentes presos e outros miseráveis. A segunda fonte foi a própria imigração de mestres e operários europeus, a quem se recorria por causa da insuficiência da primeira fonte (CUNHA, 2000, p. 81).

² Para um maior aprofundamento, ver: FONSECA, 1986a, v. 1.

³ Sobre esta questão, ler: PEREIRA, 1992; RIZZINI, 1990.

⁴ Casa de Misericórdia: Esta instituição existia para dar assistência aos órfãos, chamada também de Casa dos Expostos. “Eram consideradas expostas as crianças que não tinham filiação reconhecida. Em geral, eram abandonadas nas igrejas, nas residências de pessoas de prestígio, nas casas de parentes ou simplesmente deixadas nas ruas [...]” (GANDELMAN, 2001).

A saída, na visão do novo regime político, diante do aumento da população urbana sem um ofício e sem lar, seria dar uma ocupação aos sem futuro na sociedade e na vida. O desenvolvimento econômico nacional é uma advertência “Eles precisavam ser *educados* para verem o trabalho como um dever” (CUNHA, 2000, p. 145).

Com essa finalidade o Presidente Nilo Peçanha, pelo Decreto n. 7. 566 de 23 de setembro de 1909, criou em todo o país as escolas de aprendizes e artífices, as quais seriam mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que ofereceriam o ensino profissional não superior, ou seja, o ensino prático, as atividades manuais para atender às indústrias nascentes no período.

[...] A finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais” (CUNHA, 2000, p. 63).

Este decreto regulamentou a criação das escolas de Aprendizes Artífices pelo presidente Nilo Peçanha, o que demonstrou as aspirações republicanas quanto à educação a ser oferecida. Bem como, sua finalidade frente à industrialização presente nos desejos dos republicanos e necessidade diante da urbanização crescente naquele momento da história econômica brasileira. O que foi legalizado pelo referido documento mostra claramente a relação entre o pensar educacional republicano, no que se refere a criação das escolas de Aprendizes Artífices e a situação social e econômica no contexto em que o mesmo foi criado e aprovado.

Considerando: Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da república formar cidadãos úteis à Nação (FONSECA, 1986, p. 177).

Na visão dos republicanos, as crianças pobres careciam de aprender qual era o caminho para sobreviver dentro do sistema emergente. A formação disciplinadora seria a solução para preparar a classe trabalhadora para as oportunidades que o mercado traria. Nessas instituições, as crianças pobres aprenderiam um ofício, seriam moralizadas e internalizariam a ideologia de que, pelo trabalho manual contribuiriam para o progresso da nação.

Desta preocupação denota-se que havia, por parte das autoridades, uma nítida distinção entre os filhos de operários e os desvalidos, os pobres em geral. Estes últimos constituíam na infância abandonada, cuja rua era a moradia, o trabalho e o lazer. Para estes existiam instituições disciplinadoras, onde o objetivo era fundamentalmente domar os instintos “anti-sociais”. Tinham caráter mais correcional do que profissional (RIBEIRO, 1986, p. 121- 122).

Nesse sentido, a filantropia pautou toda a trajetória da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices. Seguiu com o objetivo de retirar os meninos das ruas e abrigá-los em asilos os quais os fizesse mais úteis, proveitosos, oferecendo formação que visasse sua inserção no trabalho para acabar com a vadiagem daqueles que eram tidos como uma ameaça à sociedade.

Escola de Aprendizes Artífices no Estado do Paraná: ensino trabalho e preconceito

O Estado do Paraná, no final do século XIX e início do século XX, como os demais estados brasileiros, apresentava como elemento base de sua economia a agricultura. O avanço da economia se mostrou promissor, impulsionado pela exportação da erva-mate, pela chegada dos imigrantes, aumento populacional do setor urbano e pelo incremento das indústrias. Apresentava como elemento mais forte de sua economia a produção de erva-mate, produto este exclusivamente paranaense; era o principal artigo de exportação e perdurou até as primeiras décadas do século XX. Além da produção da erva-mate⁵, em menor parcela, a economia deste Estado contava também com a madeira e a pecuária na produção de sua riqueza.

Os imigrantes que assim chegavam ao Paraná⁶ eram de origem polonesa, italiana, holandesa e alemã. Foram direcionados às cidades de Campo Largo, Curitiba, São José dos Pinhais, Rio Negro, Bocaiúva, Palmeira, Porto União, Guarapuava, Ipiranga, Prudentópolis, Irati, São Mateus e Castro. Constituíram colônias e núcleos agrícolas, explorando os mais variados produtos originários da região paranaense dos quais alguns pertenciam ao grande setor econômico e já mencionado anteriormente, extração do mate (NADALIN, 2001).

No entanto, nem todas as ocupações se direcionavam para as colônias agrícolas; nas cidades, essa população de imigrante tornou-se força de trabalho para as fábricas que

⁵ Para saber mais: LINHARES, 1969; PADIS, 1981.

⁶ Referimo-nos a segunda fase de chegada de imigrantes no Brasil que compreende o período de 1850 a 1888. (Cf. DIÉGUES JÚNIOR, 1980).

floresciam, transformaram-se em proprietários de fábricas ou de oficinas, ou ainda profissionais liberais nas artes ou especialidades que dominavam (MARTINS, 1995).

Foram instaladas colônias de imigrantes, de forma mais significativa, nos arredores de Curitiba que, com a produção agrícola, criou-se um sistema de abastecimento, denominado “[...] cinturão verde em torno da capital” (SANTOS, 2001, p. 80). Ao imigrante foi delegada a função de colaborar com o desenvolvimento do Paraná, dentro de uma organização social pautada no trabalho livre, independente das condições oferecidas para que acontecesse o trabalho.

Curitiba contava, além das indústrias, de fábricas de massas alimentícias, fósforos, velas, sabão e cerâmicas. Existiam também fábrica de caixas, de fitas, de calçados e a litografia (BRANDÃO, 1994). Sem contar os engenhos de erva mate que era a fonte de riqueza e desenvolvimento de Curitiba. Seu ciclo “[...] foi responsável pelo enriquecimento de várias famílias e pelo impulso em direção à urbanização, especialmente de Curitiba. Com isso foi estimulada tanto a vida econômica quanto a vida intelectual da região” (PROSSER, 2004, p. 30).

O incremento do mercado interno do Estado do Paraná e a ampliação da renda da população possibilitaram o alargamento das condições econômicas daquelas pessoas que detinham os meios de produção e no comércio da erva mate sua fonte de renda. Oportunidade que abrangia poucas famílias de Curitiba, o que ocasionou o acúmulo de bens materiais e estilo de vida diferenciado do restante da população curitibana e com certeza de toda população paranaense. Curitiba, por ser capital do Estado, era centro de toda a transação econômica. Característica adquirida por ser o local em que aconteciam todos os negócios e também a passagem dos comerciantes de São Paulo e Rio Grande do Sul passando pelos Campos Gerais.

Neste cenário o comércio curitibano amplia com o decorrer do tempo em 1910, a capital do Paraná conta com diversas lojas, vendas, mercados, armazéns, mercearias, feiras, confeitarias, alfaiataria, farmácia, e casas de comércio dos mais variados artefatos que cumprem e ostentam “[...] o papel das primeiras vitrines da civilização burguesa” (BRANDÃO, 1994, p. 43). Contexto que evidenciava o potencial dos Barões do Mate expresso no modo de vida da época.

A produção deste produto estimulou a população rural à dedicação da atividade ervateira. Com isso, os mesmos tornaram-se dependentes dos demais produtos alimentícios, ou seja, deslocou a produção alimentícia para outras regiões, ou para uma

pequena parcela de produtores o que gerou a intensificação do mercado. Assumida a produção de alimento por parte dos imigrantes que se instalaram aos arredores de Curitiba, o que formou o chamado “cinturão verde”.

Finalmente, a intensa dedicação das populações rurais à atividade ervateira as tornou dependentes do mercado para obter gêneros alimentícios. Isso desarticulou de vez a já frágil economia de subsistência, o que também contribuiu para a disseminação das relações de mercado (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

O comércio movimentava-se intensamente, consolidava-se cada vez mais o sistema de compra e venda. O consumo gerado tanto pela potência da erva mate, quanto pela dependência dos produtos agrícolas dos que moravam no setor urbano potencializou a concretização do comércio e intensificação da cidade. Dele dependiam os artesãos, os que trabalhavam nas fábricas, que tinham seu estabelecimento comercial, enfim, os que executavam uma atividade urbana das mais diferenciadas no período.

Curitiba aos poucos adquire seu aspecto urbano mesclado com as características da Curitiba capital da Província, seu visual rural ainda se faz presente. O setor industrial se firma diante da oferta da mão de obra barata, do consumo gerado pelo contingente da população na cidade. Incentivado, cada dia mais, com a imigração e migração, intensifica-se com a urbanização. Nesse emaranhado de relações, de evolução, na crença e na busca do progresso, no consumo dos modismos copiados do modelo europeu, na imitação dos países republicanos mais desenvolvidos o capitalismo toma forma como sistema econômico.

As mudanças trazem consigo não só os elementos favoráveis, a realidade social toma formas diferenciadas. Diante deste cenário a contradição da pobreza e da marginalidade se manifesta de forma gritante. Nas praças e nas ruas a população que não tinha outra opção a não ser a mendicância. Crianças, filhas de famílias pobres, órfãos, permanecem nos lugares públicos pedindo esmolas para a sobrevivência. Causa desagrado aos olhos da classe econômica emergente, realidade que insistia em contrapor aos ideais de progresso da República. Por esse viés foi instalada a escola de Aprendizes Artífices em Curitiba no dia 16 de janeiro de 1910, localizada na Rua Carlos Gomes, o espaço físico foi alugado pelo governo do Estado do Paraná e cedido ao Governo Federal para as atividades da escola de Aprendizes Artífices (QUELUZ, 1986):

Figura 1 – Fachada da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, situada na Praça Carlos Gomes, Curitiba – PR.



Fonte: Acervo do Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS

A educação planejada para o trabalho manual e pensada para a regeneração do indivíduo tinha um público definido. Este modelo de educação era para os pobres que incomodavam nas ruas, os abandonados, desvalidos, desprovidos da fortuna e de oportunidades e também para os filhos de operários que dispunham de mão de obra para trabalhar nas indústrias e no comércio crescente. Como apresenta o documento abaixo, sua inauguração em Curitiba foi apresentada como fato auspicioso e ação que contribuía com o engrandecimento da Pátria:

Figura 2 – Documento de instalação da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná.

19 de Janeiro de 1910.

Exmo. Sr. Dr. Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, Dep. Ministro dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

Tenho a honra de confirmar o meu telegrama de 16 do corrente, participando a V. Exa. a realização, nesse dia, da instalação da Escola Federal de Aprendizes Artífices desta Estado, e de agradecer ao mesmo tempo a V. Exa. a elevada distinção fazendo-se representar nessa acto solenne, alias compartilhado pelo alto funcionalismo Federal, estadual e municipal e pelo Corpo consular aqui acreditado.

Como melhor informação, tomo a liberdade de passar de mãos de V. Exa. os inclusos numeros do jornal official contendo a descripção dessa festa, tão auspiciosa para todos quantos se interessam pelo engrandecimento da Patria.

Renovo a V. Exa. as homenagens de minha alta estima e respeito.

Saudes e Fraternidade.

(assignado) Paulo Ildefonso d'Assumpção
Director

Fonte: Acervo do Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS

O ensino na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi organizado em ofícios e teve como primeiro Diretor Paulo Ildefonso D'Assunção, que iniciou suas atividades com 45 alunos. Ao final de 1910, chega com as oficinas de serralheiro mecânico e seleiro

tapeceiro. Chegou ao final do seu primeiro ano de instalação com 219 alunos (QUELUZ, 1986)⁷.

Criada para atender a pobreza que aumentava no espaço urbano, ajustada para preparar para o trabalho, novamente não fugiu a regra do público que se apresentava como alvo deste modelo de ensino. Fortalecem-se pelas leis a educação para o trabalho, a exemplo do Decreto n. 7. 566 de 23 de setembro de 1909, que organiza o ensino técnico profissional e indica a quem se destina a manutenção deste tipo de instituição.

Ao criar as escolas de Aprendizes Artífices, o Decreto mostra claramente o pensar sobre a educação para o trabalho naquele momento, bem como a quem se destinava esse modelo de educação, aos desprovidos da sorte e necessitados de atenção social, aqueles que eram mantidos de alguma forma pelo assistencialismo da época, crianças consideradas perigosas para a sociedade e que necessitavam de correção de conduta.

Desta preocupação denota-se que havia, por parte das autoridades, uma nítida distinção entre os filhos de operários e os desvalidos, os pobres em geral. Estes últimos constituíam na infância abandonada, cuja rua era a moradia, o trabalho e o lazer. Para estes existiam instituições disciplinadoras, onde o objetivo era fundamentalmente domar os instintos “anti-sociais”. Tinham caráter mais correccional do que profissional (RIBEIRO, 1986, p. 121- 122).

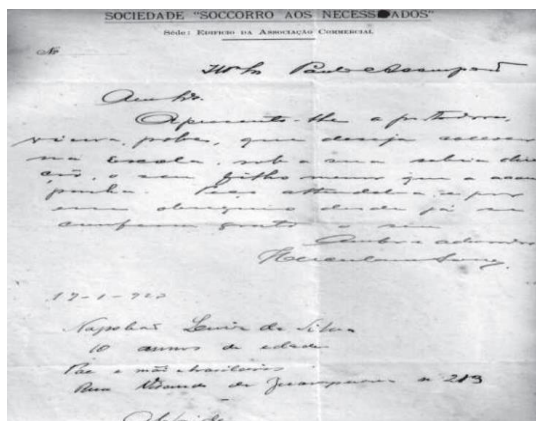
Portanto, o ensino profissional não se constituiu de outra forma, senão a de uma instituição de amparo às crianças que se encontravam sem condições de sobrevivência, bem como à formação para a força de trabalho que emergiu na sociedade, diante das alterações nela ocorridas. O modelo de Ensino Profissional, adotado na Primeira República, foi similar ao praticado no regime anterior; apesar da substituição do sistema político, acompanhado pelo discurso de mudanças e inovações, continuou com a mesma finalidade. O ensino de ofícios na república visou apenas à preparação para o trabalho braçal, o ensino literário era direcionado à elite, e o ensino profissional “[...] visava ao preparo do trabalhador manual, que era tida como vil⁸” (FONSECA, 1986, p. 160). Concretiza-se as exigências dos industriais, a educação agora vai se incumbir da formação preparatória daqueles que possuem mão de obra disponível para empregar ao serviço das indústrias. A República tinha que construir o progresso da nação e o trabalho era a forma de organizar e formar moralmente os indivíduos que se encontravam à mercê da sorte nas ruas.

⁷ Todas as informações referentes a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná é com base na Revista Tecnologia & Humanismo (1986).

⁸ Trabalho vil: reles, ordinário, miserável, insignificante, desprezível, infame. Trabalho manual tido como coisa de escravo, preconceito contra o trabalho manual, (Cf. CUNHA, 2000).

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices, criada para oferecer um ofício, atender um público específico e moralizar as crianças abandonadas, cuja rua era a moradia; o ingresso nessa instituição exigia um atestado de pobreza do aluno pela família, se esta não pudesse comprovar sua situação de miséria, a criança não ingressava nos estudos e formação profissional oferecida pela instituição:

Figura 3 – Atestado de Precariedade Financeira.



Fonte: Acervo do Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS.

Com a instalação e inauguração em Curitiba, esta responde ao que pede o Artigo II do Decreto n. 7.566 de 1909, ao estabelecer que as oficinas oferecidas nas escolas correspondam às peculiaridades das indústrias locais. Visto que a seleção das disciplinas respondeu a prevalência da indústria do mate e da madeira no Paraná, na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foram criados os cursos de sapateiro, alfaiate, marceneiro, serralheiro mecânico, abrangendo o curso de ferreiro e pede permissão para a oficina de encanador.

O ensino oferecido pela instituição era de caráter artesanal, sem muitos recursos técnicos ou máquinas. Somente após 1911 que foi incorporado nas oficinas de seleiro e marcenaria, porém os maquinários não eram o suficiente, permanecendo escassos até 1921, período em que foram adquiridos os novos equipamentos com a Remodelação do Ensino Industrial. No entanto, permanece a precariedade das oficinas para o ensino de ofícios na instituição (QUELUZ, 1986).

Portanto, a Escola de Aprendizes do Paraná, no período entre 1910 a 1920, possuía oficinas precariamente instaladas, em espaços restritos e não planejados para abrigar oficinas de porte maior, e com equipamentos em quantidade e atualidade técnica limitada, que permitiram apenas o aprendizado de um ofício em bases artesanais (QUELUZ, 1986).

A escola oferecia o ensino primário, com duração de quatro anos, a faixa etária dos alunos que frequentavam a escola era entre 12 e 16 anos. Os alunos da escola contavam

além das oficinas de ofícios, instrução elementar e desenho. O modelo republicano de educação oferecido, nesta instituição, visava o alfabetismo técnico, que busca a relação entre o modelo republicano de educação e a formação moral do indivíduo, o amor ao trabalho e à pátria, a utilidade do sujeito para o mercado de trabalho, a formação do operário por meio do ensino profissional. Feita esta ponte, utilizando do método intuitivo, seguia o sistema de Pestalozzi em organizar a aprendizagem do fácil para difícil, do simples para o complexo, ligando o desconhecido com o já conhecido (QUELUZ, 1986).

Ao lado destes conhecimentos práticos viria a formação utilitária de gosto e amor ao trabalho, principalmente o trabalho braçal, o trabalho diante da sociedade tem princípio enobecedor. Promover a independência e autoconfiança, fomentar hábitos de ordem, atenção, organização, controle de si, persistência, desenvolver o manuseio das ferramentas para realizar os trabalhos de seu ofício. Por esta via pretendia-se formar o trabalhador profícuo que sairia de sua vida de vadiagem e contribuiria para o bem estar e progresso do país. Regenera-se pelo trabalho o indivíduo brasileiro e nacionaliza o estrangeiro para que se cumpram os propósitos de consolidação do capitalismo no Brasil, a educação é instrumento mais viável para este fim (QUELUZ, 1986).

Dessa forma a República construiria a alma nacional nos “cidadãos” brasileiros, necessária para o controle da nação e a construção da sociedade capitalista na disseminação das ideias de aceitação ao trabalho manual. Ao lado dos conhecimentos práticos acompanhou a formação utilitária de gosto pelo trabalho, principalmente o trabalho braçal. O trabalho manual para a classe trabalhadora deveria adquirir o princípio enobecedor. Promover a independência e autoconfiança, fomentar hábitos de ordem, atenção, organização, controle de si, persistência, desenvolver o manuseio das ferramentas para realizar os trabalhos de seu ofício (QUELUZ, 1986).

Por esta via, pretendeu-se formar o trabalhador profícuo que, saindo da vida de “vadiagem”, contribuiria para com o “bem-estar” e o progresso do país. Pelo trabalho, pretendeu-se regenerar o indivíduo brasileiro e nacionalizar o estrangeiro para que se cumprissem os propósitos de consolidação do capitalismo e do nacionalismo⁹ no Brasil; a

⁹ O nacionalismo é a ideologia que une a nação, é sentimento de destino comum que garante a coesão necessária à nação para que ela se assegure de um território, organize um Estado e forme, assim, um estado-nação. É a ideologia da autonomia, da segurança e do desenvolvimento econômico nacional [...] é uma ideologia originalmente burguesa, mas com uma conotação popular, já que só faz sentido quando capitalistas, trabalhadores e classe profissional superam de alguma forma seus conflitos internos, partilham um destino comum e se solidarizam na competição com as demais nações (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 172). Com o nacionalismo, surgiu no Paraná o “Paranismo”: um movimento em prol do desenvolvimento artístico,

educação foi vista pelo Estado como o instrumento mais viável para esse fim (QUELUZ, 1986).

O trabalho passa a ser visto como meio e fim da formação da mão de obra do homem. Nesta perspectiva o ser humano nada mais é do que aquele que produz sem saber por que produz. A única certeza é a sobrevivência que este fazer lhe proporciona, pautado no valor do produto que produziu, gerado por seu trabalho, mas que não lhe pertence. É a desvinculação entre o que se produz daquele que produz (MARX, 2011).

Figura 4 – Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná.



Fonte: Acervo do Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS

A escola oferecia o ensino primário, com duração de quatro anos. A faixa etária dos alunos que frequentavam a escola era entre 12 e 16 anos. Os alunos Dessa instituição contavam além das oficinas de ofícios, instrução elementar e desenho.

O ensino na Escola de Aprendizizes Artífices de Curitiba era organizado de forma que de manhã funcionavam as aulas práticas e a instrução elementar e as aulas de desenho eram oferecidas no período noturno. Entre 1912 e 1918, houve mudanças, as aulas de ensino elementar e as oficinas passaram a ser de manhã, também a idade mínima dos alunos para ingresso na escola passa de 12 anos para 10 anos. Assim, se atendia a miséria curitibana, crianças pobres, de aparência descuidada e que recebia um ensino que era tão precário quanto às instalações das oficinas que gerava precárias condições do aprendizado.

Muitos problemas faziam parte desta escola, desde a precariedade das máquinas, a falta de preparo dos professores, a evasão dos alunos, a precariedade do espaço físico das

cultural e social do estado do Paraná, originado na década de 1920, surgiu como forma de exaltação republicana, Segundo Pereira, “O Movimento Paranista representou a efervescência cultural propiciada pelo surto econômico da erva-mate e, acima de tudo em uma época que carecia de novas representações políticas e tradições regionais, já que perdera sua eficácia a idéia de Nação, vinculada à figura do Imperador”. Foram criadas imagens, símbolos e signos no imaginário social paranaense, com o objetivo de unificar o paranaense em nome de um mesmo pensamento: a construção de uma identidade regional (PEREIRA, 1997, apud: CORDOVA, 2007, p. 179). Para maior entendimento sobre o nacionalismo ler: SEYFERTH, Giralda. (1999). BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo (2008). Sobre o “Paranismo” ler: CORDOVA, Maria Julieta weber. O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa (2007).

oficinas e a limitação dos equipamentos. O ensino oferecido pela instituição era de caráter artesanal, sem muitos recursos técnicos ou máquinas.

Figura 5 – Oficina da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná.



Fonte: Acervo do Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS.

Um ensino para pobres não contava com prestígio das autoridades, o pouco que se ofereceu na criação desta instituição seria o suficiente para que os alunos dessem conta de aprender. Afinal de contas, para quem perambulava pelas ruas o que lhe era oferecido já deveria ser de contento. Por meio da educação oferecida neste estabelecimento se buscava a homogeneização de todos aqueles que frequentavam esta escola tendo a nacionalidade uma das principais finalidades desta instituição eliminando qualquer ameaça que eventualmente rondasse a estrutura política do momento.

[...] a integração à nacionalidade por meio da ação benéfica da educação, que disciplinaria pelo trabalho dois grupos potencialmente heterogêneos e perigosos, os pobres e os estrangeiros. A escola teria a função de homogeneização destes grupos, auxiliando a uniformização essencial para a idéia de nação, através da dissolução dos limites raciais e do compartilhamento de um mesmo status (QUELUZ, 1986, 56).

A precariedade do espaço físico e a limitação dos equipamentos permaneceram desde 1910 a 1920. Momento em que o ensino profissional passa por mudanças que se deram em diferentes setores da sociedade. Após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) há um grande desenvolvimento financeiro no exterior e no Brasil isso se reflete no alargamento do plantio de café e a intensificação dos negócios e dos financiamentos, embora o Brasil permanecesse com sua economia predominantemente agrícola o setor industrial começa a se firmar (PRADO JUNIOR, 2008).

Mudanças também aconteceram na educação profissional, em 1918, devido ao avanço industrial o “Congresso pela lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, autorizava o Governo a rever a questão do Ensino Profissional no país”. Em 12 de junho de 1918, pelo Decreto n. 13.064, foi também aprovado o novo regulamento do ensino, o qual teve como

alterações principais a obrigatoriedade da oferta do curso primário para todos e não apenas para os analfabetos. A idade mínima para matrícula passa de doze anos para dez, a nomeação dos diretores deveria acontecer por meio de concurso (FONSECA, 1986, p. 191-192).

Surge ainda a concepção de ensino da Escola Nova a qual propõe um modelo de homem prático, que vê na educação a solução para organizar a sociedade. Com a Remodelação do Ensino Profissional Técnico a partir de 1920 que prioriza a racionalidade da fábrica para a educação começa a se organizar uma nova modalidade de ensino, o currículo passa a ser de seis anos, nos três primeiros anos acontecia a alfabetização simultaneamente os ensinamentos manuais e nos três últimos os alunos aprendiam ofícios em madeira, arte decorativa e metal (NAGLE, 1974).

O principal documento desse momento de discussões sobre o ensino profissional no Brasil é o “Relatório Luderitz”¹⁰, o qual foi apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 1924. Neste documento ficaram expostas as principais ideias que deveriam direcionar o ensino profissional no Brasil. Ideias estas que defendem a necessidade de cuidar do preparo das elites técnicas para o benefício da educação industrial no Brasil, a educação do trabalhador brasileiro funciona como defesa da administração do país e por último apenas a disseminação do ensino das primeiras letras não é o suficiente para convencer o indivíduo da sua participação na vida do país, a sua formação é importante o qual pode participar do progresso do país pelo trabalho (NAGLE, 1974).

Em 1926, fica oficializada a industrialização nas escolas federais pelo ato assinado no dia 13 de novembro do mesmo ano, define-se também o currículo nas instituições de Aprendizizes Artífices do Brasil fica como disciplinas o ensino de Português, Aritmética, Geometria Prática, Lições de Coisas, Caligrafia, Ginástica e Canto Coral, Coreografia e História do Brasil, Instrução moral e cívica, rudimentos de Física e Química, Desenho industrial e Tecnologia de cada ofício, Elementos de Álgebra, noções de Trigonometria, Desenho e trabalhos Manuais (FONSECA, 1986, p. 210).

A instituição de Aprendizizes Artífices do Paraná, tendo como diretor a pessoa de Rubens Klier D’Assumpção, recebe nova sede em 1936, a qual fica localizada na confluência da Avenida Sete de Setembro e Desembargador Westphalen, contou neste momento com o apoio do governo Estadual para esta mudança de instalação. Em 1937 pela Lei n. 378 de 13 de janeiro, esta instituição passa por alterações em seu nome passa do

¹⁰ Para conhecimento mais aprofundado sobre o Relatório Luderitz indicamos a leitura de QUELUZ, 2000.

atual nome de Escola de Aprendizes Artífices para Liceu Industrial do Paraná, Liceu Profissional do Paraná, Liceu Industrial de Curitiba, porém em 1938 retoma o antigo nome de Escola de Aprendizes Artífices. Neste mesmo ano seu nome é novamente alterado para Liceu Industrial do Paraná e dois meses depois, pelo Ofício-Circular n. 360, de 21 de março de 1938, retorna ao antigo nome de Escola de Aprendizes Artífices (QUELUZ, 1986).

A transferência da Escola de Aprendizes Artífices de Curitiba para edifício próprio, situado na Rua Sete de Setembro em Curitiba se deu apenas em 1940 (QUELUZ, 1986)¹¹.

Figura 6 – Novas instalações da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, em 1940, atualmente Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFP.



Fonte: Acervo do Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS.

Em 1942, pelo Decreto n. 4.127, de 25 de fevereiro, ficam instituídas as Escolas técnicas, substituindo o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Paraná para a Escola Técnica de Curitiba. Em 1959 pela Lei 3.552 a instituição recebeu a denominação de Escola Técnica Federal do Paraná (ETFPR). A partir de 1978 a Escola Técnica Federal do Paraná pela Lei n. 6.545 passou a ser denominada de Centro Federal de Educação tecnológica do Paraná (CEFET-PR), que posterior a este momento abrigou não só o ensino de segundo grau profissional e engenharia em nível superior, mas também ofereceu os “[...] cursos de graduação pós- graduação e licenciatura plena e curta” pela Lei 11.184 de 7 de outubro de 2005 o Centro Federal de Educação tecnológica do Paraná (CEFET-PR) passa a ser Universidade tecnológica Federal do Paraná (TEIXEIRA, 1986, p. 239-288) e permanece até a presente data.

Todavia, mesmo com o espaço novo, a ideologia da formação profissional ainda era a mesma, ou seja, direcionada à formação da classe trabalhadora. Em 1942 novamente ocorrem mudanças nas leis que regem o ensino industrial brasileiro. Liderada pelo Minis-

¹¹ As informações referentes à Escola de Aprendizes Artífices do Paraná encontra-se na Revista Tecnologia e Humanismo, Curitiba, ano 1, n. 1, 1986.

tro Gustavo Capanema com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Industrial no Brasil ficou determinado que pelo Decreto-Lei 4.073 de 30 de janeiro de 1942 mudava a organização deste tipo de ensino e trazia unidade na organização nacional do ensino profissional. “Daí por diante aquele ramo de ensino teria unidade de organização em todo o território nacional” (FONSECA, 1986, p. 9).

O ensino industrial assumiu caráter de ensino de segundo grau, perdeu sua característica de curso que se encerrava no ensino primário. Para o ingresso nos cursos técnicos à exigência foi o curso primário completo, idade entre 12 e 17 anos, os quais receberiam uma formação de artífices de elevada qualificação (QUELUZ, 1986).

Com o discurso de que aos alunos do ensino industrial não era dada a oportunidade de acesso aos demais ramos do ensino, pois aquele que se matriculasse no ensino industrial não teria a possibilidade de avançar em seus estudos, com a Lei Orgânica de 1942, isso deixaria de existir pelo fato de que ela alargava os horizontes do ensino profissional. Os que pertenciam às classes mais abastadas, se quisessem, poderiam frequentar o ensino profissional pelo fato do mesmo possibilitar o acesso aos outros níveis de ensino. Assim sendo, aos pobres, ao ser aprovada a lei Orgânica, estes, agora poderiam aspirar ao ensino secundário e por que não ao ensino superior. Pela aprovação e pela letra da Lei orgânica de Ensino nada restringia a oportunidade de acesso. Os limites que o ensino técnico punha para que se prosseguissem os estudos aparentemente foi ultrapassado pela Lei Orgânica de 1942.

Novamente o discurso de igualdade se faz presente nas leis que regem nosso país e com esta lei camufla-se a realidade de que aqueles que têm urgência em encontrar um trabalho sempre penderão para uma formação que propicie a inserção no mercado de trabalho com maior urgência. A necessidade de sobrevivência não dá espaço para que os filhos dos trabalhadores participem e recebam os mesmos conhecimentos que os possuidores dos meios de produção. Consolidou-se assim a dualidade de ensino com característica democrática.

Como se a oportunidade oferecida dependesse de escolhas e não de necessidades. O discurso liberal de que a todos é oferecida a oportunidade se concretiza na Lei Orgânica de 1942, a chance está posta a todos cabe a cada um escolher o que se deseja e conquistar o seu espaço, afinal todos são “iguais” perante a lei e as oportunidades trazidas pelo regime republicano está posta a todos. No entanto, a realidade fez com que a classe operária conti-

nuasse a receber a formação de marceneiros, mecânicos e eletricitas, formando-se os operários das indústrias e do comércio.

A formação da classe trabalhadora permeou toda a trajetória do ensino profissional paranaense neste período. Com a intensificação do comércio, das relações capitalistas, o Estado com suas ações sobre a educação buscou assegurar cada vez mais a formação de um contingente de trabalhadores para garantir força de trabalho qualificada para o mercado.

O discurso do Estado utilizou o trabalho como meio de “dignificar” o homem e instrumento de disseminação da ideologia¹² dominante. Forma sutil de impor o pensamento do Estado burguês de sociedade e a formação da classe operária brasileira. Um controle ideológico que ocultou as relações econômicas capitalistas de formação do trabalhador e de dominação pela classe burguesa.

Neste contexto, a educação profissional garantiu a naturalização da desigualdade pela justificativa de “oportunidade a todos”. Nessa perspectiva, o discurso da educação do povo tomou formas e se constituiu na formação do trabalhador ajustada pelas regras do capitalismo (NORONHA, 2004).

O Discurso liberal que pautou a visão do trabalho, no sistema capitalista, foi mostrado pelo Estado, como fonte de “riqueza”. Quem trabalhava adquiria bens, e, quem não trabalhava, era desprovido de bens materiais; terceirizando, assim, o legado da miséria ao próprio indivíduo. A valorização do trabalho tornou-se mecanismo ideológico de progresso, alimentou o desejo da propriedade e moveu os trabalhadores à submissão ao capitalismo, justificado pelo nacionalismo (NORONHA, 2009).

O Estado teve a função social de educador do povo, uma vez que a escola pública realizava a educação popular. A educação, historicamente, esteve sempre em segundo plano, tornando-se primeiro plano apenas para atender a burguesia na sua demanda de formação profissional, sem visar à formação na totalidade do indivíduo no processo de emancipação humana, mas sempre consolidando e naturalizando as desigualdades e as contradições presentes na sociedade (SANFELICE, 2005).

¹² A ideologia se constitui numa inversão na maneira de interpretar a sociedade, diferente da forma como ela realmente está organizada. Apresenta-se no discurso da classe dominante em benefício de “todos”, porém, nada mais é do que interesses particulares de classes imbuídos de intenções ocultas de controle, presente nas questões políticas, econômicas e sociais com a função de camuflar os conflitos entre as classes sociais e ocultar qualquer forma de domínio de determinados grupos sociais sobre outros, ou seja, da classe dominante sobre a dominada (CHAUÍ, 2008).

O ensino profissional ficou direcionado à formação da classe operária, com formação específica para o trabalho, de modo a dificultar à classe trabalhadora elementos para a compreensão da sociedade em que o indivíduo encontrasse inserido, além de manter a estrutura da sociedade de classes e a aceitação da submissão à classe dominante determinada pelo sistema. Pautada nas relações capitalistas, o ensino profissional proporcionado foi organizado de forma a negar a classe aos trabalhadores o acesso à formação em seus vários aspectos: filosófico, artístico, científico etc., e ainda, ele contribuiu em produzir e reproduz as diferenças sociais.

Referências

BRANDÃO, Ângela. **A fábrica de ilusão: o espetáculo nas máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905 -1913)**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

BRASIL. Decreto 7566, de 23 de setembro de 1909. **Crêa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 05 de jun. de 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a12v2262.pdf>. Acesso em: 15 de jul de 2013.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense: São Paulo, 2008.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa**, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. v. 1.

GANDELMAN, Luciana Mendes. **A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX.** História, ciências, saúde Vol. VIII (3). set.-dez., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n3/7647.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2011.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate.** Rio de Janeiro: José Olympo, 1969.

MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná:** ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. IN: FAUSTO, Boris. (Org.) **O Brasil republicano:** sociedade e instituições. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República.** São Paulo: EPU: Ed. USP, 1974.

NORONHA, Maria Olinda. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Navegando pela história da educação brasileira:** 20 anos de HISTEDBR. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2009.

NORONHA, Olinda Maria. **Ideologia, trabalho e educação.** Campinas: SP: Alínea, 2004.103

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo:** o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PEREIRA, Tânia da Silva. Infância e adolescência: uma visão histórica de sua proteção social e jurídica no Brasil. **Revista de Direito Civil Imobiliário, Agrário e Empresarial,** São Paulo, v. 16, n. 62, out./dez., 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba:** 1853-1953. Da Escola de Belas Artes Indústrias, de Mariano de Lima, à Universidade do Paraná e a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004. (Páginas escolhidas).

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino técnico na República velha: dos casos da Escola de aprendizes Artífices do Paraná, do Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre e o serviço de remodelação 1909 e 1930.** Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

QUELUZ, Gilson Leandro. Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (1909- 1930). **Revista Tecnologia e Humanismo**, Curitiba, Ano 1, n. 1, 1986.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Qualificação da força de trabalho: a experiência das escolas profissionais do Estado de São Paulo (1911- 1942). _____. (Coord.). **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.

RIZZINI, Irma. A Assistência à infância na passagem para o século XX – da repressão à reeducação. **Revista Fórum Educacional**, n. 02, 1990.104

SANFELICE, José Luiz. Da escola estatal burguesa à escola democrática popular: considerações históricas. IN: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

TEIXEIRA, Selma Suely. Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (1909 – 1930). **Revista Tecnologia e Humanismo**, Curitiba, Ano 1, n. 1, 1986.

Recebido em: 19.09.2014

Aceito em: 13.02.2015105